

# ESTADO DE SÃO PAULO

## Multinacionais temem política discriminatória

*duc p. 28*

9 & MAI 1987

A proposta para o capítulo Ordem Econômica da nova Constituição, sobre empresas, pode gerar uma perigosa segregação das multinacionais. A preocupação foi manifestada ontem pelo presidente da Kibon, Peter Schreer, para quem a limitação das empresas estrangeiras pode fazê-las perder o interesse pelo País. Ele afirma que uma multinacional não deve expatriar livremente seus lucros e acha importante que haja disciplina sobre o assunto. Lembra, entretanto, que o bom-senso das limitações tem de prevalecer, pois "se o investimento da multinacional for bem administrado, pode fazer muito bem pelo País."

Schreer se diz, porém, mais preocupado com a proposta de maior participação do Estado na economia: "O fato é que a maioria das empresas estatais são mais ineficientes que as privadas". Sobre a nacionalização de algumas empresas acredita que "é um direito do Estado, desde que seja tratada com justiça". Em sua opinião, existem muitos grupos nacionais tão ou mais eficientes que os estrangeiros.

Na opinião de Ricardo Botelho, diretor de comunicação social da Basf, é importante que a nova Constituição faça prevalecer uma economia livre: "O Brasil, daqui a 13 anos terá 50 milhões de habitantes a mais e precisa crescer a uma taxa superior a 8% ao ano. Para que isso aconteça, será fundamental a participação do capital privado". Segundo ele, o gru-

po Basf — há 75 anos no País — espera que não haja discriminação com relação ao capital externo: "Acreditamos que é preciso regular, mas não inibir ou eliminar esse capital". Botelho lembra que "países democráticos têm como característica uma democracia também no campo econômico".

### "DESCALABRO"

Para o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Mário Amato, a proposta de nacionalização de bancos e empresas multinacionais que operam nas áreas de finanças, seguros, consórcios e mineração não passa de um "descalabro". "Enquanto todos os países estão caminhando para a integração, nós aqui ficamos pensando no isolamento como situação ideal", declarou ele.

Amato lembrou em defesa das empresas multinacionais que a maioria delas aplica em pesquisa o que a maioria das empresas nacionais arrecada com seus faturamentos. "Acho que alguns parlamentares estão tentando reinventar o telefone", brincou ele numa crítica à proposta de nacionalização e estatização da economia feita anteontem pelo deputado Virgíldasio de Sena, relator da Subcomissão de Princípios Gerais de Ordem Econômica da Constituinte. Amato argumentou que uma solução para a dívida externa do País fica ainda mais difícil com "essas ameaças de nacionalização de multinacionais e estatizações".